

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A regressão capitalista

CAPITAL'S GLOBALIZATION AND WORK'S DEGENERATION

The capitalist retrogression

NEWTON FERREIRA DA SILVA¹

Resumo: O capitalismo, desde o início da sua atual fase de acumulação – desencadeada na década de 1970, promove uma verdadeira guerra contra o trabalho humano. Investindo tanto em Ciência e Tecnologia quanto em reorganização da força de trabalho no chão de fábrica, o capital ampliou a sua supremacia sobre a classe trabalhadora e manteve os seus índices de lucratividade nos patamares mais altos possíveis. A terceirização e a flexibilização da legislação trabalhista fazem parte do mesmo movimento de precarização da atividade do trabalhador (aumento na intensidade dos processos de trabalho) e enfraquecimento da consciência operária. A mundialização do capital adveio com avanço tecnológico por um lado e regressão, no que concerne às condições de vida e de trabalho dos proletários, por outro.

Palavras-Chave: globalização; exploração; terceirização; desemprego.

Abstract: Since the beginning of present phase of accumulation (1970's), capitalism have been promoting a real war against human labour. Investing heavily in Science and Technology and reorganizing the practice of the workers in the factories, capital have increased its supremacy upon the working class and have kept its profit's indexes in high levels. Outsourcing and several changes in working legislation are parts of the same movement of aggravation of workers' activity (growth in the intensity of working processes) and impoverishment of their conscience. At one hand, the capital's globalization have brought technological advance, however, on the other

hand, it brought also a significant retrogression in the life and labour conditions of the workers.

Keywords: globalization; exploitation; outsourcing; unemployment.

“O mal é que milhões apenas através de trabalho fatigante, corporalmente ruinoso, atrofiante moral e espiritualmente, podem ganhar escassos meios de subsistência; que até esta infelicidade de ter encontrado um tal trabalho eles tenham de considerar como uma felicidade.”

Wilhem Schulz

Introdução

Haja vista a crescente precarização do trabalho observada em todo o mundo de produção de mercadorias, nos foi despertada a necessidade de se fazer um estudo mais detalhado dos determinantes desse fenômeno dos processos produtivos em seu estágio atual. A acumulação capitalista em sua mais recente fase – iniciada nos idos de 1970 – e as repercussões da mesma no mundo do trabalho são os dois objetos principais da presente análise. Esta que não tem a pretensão de chegar a nenhum tipo de conclusão, muito pelo contrário, busca tão-somente discorrer e debater algumas ponderações feitas por escritores consagrados pelos seus estudos do capitalismo em seu estágio mundializado.

Para tanto, tal ensaio se apresenta dividido em duas partes: a primeira delas destinada a caracterizar de maneira abrangente e geral a sistemática da acumulação capitalista em sua fase atual, a fase da “mundialização do capital”; a segunda parte tratará especificamente de como o mundo do trabalho foi afetado diretamente por essa metamorfose. Assim sendo, nosso objetivo principal será o de demonstrar como essa nova faceta desse modo de produção hegemônico propiciou uma grande regressão do ponto de vista social: o capitalismo lança mão nos dias de hoje, de artifícios e métodos de produção que remetem aos piores momentos já vividos pelos trabalhadores – determina graus de exploração semelhantes aos da época da 1ª Revolução Industrial e recorre, muitas vezes, até mesmo à prática da escravidão. À liberdade total de movimento do capitalismo correspondeu a alienação e o aprisionamento completo de todos os proletários.

1. A Mundialização do Capital

1.1 Origens da Nova Etapa da Acumulação Capitalista

Após a crise da década de 1930 e terminada a II Guerra Mundial, as elites de todos os países capitalistas desenvolvidos (com exceção a dos Estados Unidos), altamente enfraquecidas, “havia sido obrigadas a aceitar a ampla intervenção do Estado na Economia” (CHESNAIS, 1995, p.1), tendo o seu poder e liberdade de ação muito restringida. Dada a sua debilidade financeira e grande dependência externa, tais burguesias não conseguiram de imediato colocar nenhum obstáculo frente à crescente demanda por direitos sociais e alterações na legislação trabalhista levada a cabo pelos diversos movimentos sindicais presentes nos seus respectivos países. Este curto período de tempo onde os movimentos dos fluxos de capitais ficaram submetidos à várias espécies de regulamentações nacionais e internacionais e onde os trabalhadores² – ao menos dos países do primeiro mundo – alcançaram os seus melhores níveis de qualidade de vida ficou conhecido como *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social. Cabe aqui ressaltar que o temor de novas insurreições socialistas, incentivadas pelo exemplo da Rússia soviética, também ajudou a desenhar uma face de um capitalismo menos selvagem e mais controlável.

Tal controlabilidade do movimento de capitais e de suas respectivas burguesias foi decaindo na mesma proporção em que estas últimas iam se fortalecendo novamente após os sucessivos choques pelos quais passaram na primeira metade do século XX. A recessão de 1974-75 (ocasionada, entre outros motivos, pela explosão do preço do barril do petróleo) foi a brecha que as elites internacionais aguardavam para desencadear o processo de retomada integral de seu poder e liberdade ilimitada. Nesse momento, a classe burguesa já havia recuperado e restabelecido o seu poderio econômico, restando à mesma, tão-somente, alcançar a liberdade dos seus capitais. A longa fase de acumulação do período predecessor (1945-1975) criou a base fundamental para o desenlace completo do capital em relação às circunscrições impostas pelo até então interventor e poderoso Estado. Assim definiu Chesnais (1995, p.2):

[...] o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder ‘civilizá-lo’. (...) derrubou a ilusão, nascidas das conquistas anteriores, de que era possível domá-lo no âmbito dos modos de regulação nacionais.

O avanço tecnológico foi outro fator primordial que possibilitou a recharacterização da acumulação do capital e de seus processos. A partir desse desenvolvimento científico o capital pôde não só garantir o aumento da produtividade do trabalho (e consequentemente

a elevação dos seus lucros) como também pôde modificar suas relações com o mesmo (assalariados e organizações sindicais). O intensivo investimento em Pesquisa e Desenvolvimento se configuraria como um dos fatores determinantes dessa fase de mundialização do capital.

Não demorou muito para este capital (industrial e financeiro) passar a obter respaldo e representatividade política majoritária nos diversos Estados Nacionais capitalistas, especialmente

sob a forma das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que estes adotaram (...). Desta forma, o capital voltou a ter liberdade para se desenvolver e, principalmente, para se movimentar em âmbito internacional de um país ou continente para outro – liberdade que não desfrutava desde 1914. (CHESNAIS, 1995, p.3)

1.2 Principais Características da Mundialização

Dentre os três principais ciclos de movimentação do capital (industrial, financeiro e comercial) somente este último não sofreu uma substancial transformação no seu processo de acumulação nesse novo período. De fato, no interregno 1980-1995, há uma queda nos níveis de crescimento da troca de mercadorias no mercado internacional e um aumento vultoso nos investimentos diretos (produção) e nos investimentos de portfólio (realizados nos mercados financeiros internacionalizados). Desse modo, a mundialização do capital não encontra o seu centro no espraiamento universal da concorrência comercial (40% do comércio se dá intragrupo), mas sim na própria produção do capital, seja industrial ou financeiramente. Assim: “(...) ao se observar as coisas de perto, percebe-se que o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira.” (CHESNAIS, 1995, p.4). Diante dessas considerações, se torna muito mais produtor nos atermos tão-somente à nova caracterização industrial e financeira do capital recém-liberalizado.

I) O Capital Financeiro

Segundo François Chesnais, o novo regime mundial de acumulação tem suas prioridades determinadas por um tipo de “capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimentos como tal.” (1995, p.1) $D - D'$ é a sua fórmula de acumulação – justamente

por não precisar mais percorrer o caminho interno da produção para incrementar o seu volume e aumentar a sua rentabilidade. Os mecanismos endógenos de sua acumulação passaram a se restringir, principalmente, à apenas conservar e salvaguardar posições adquiridas pelos rentistas de cada corporação. Não há, destarte, ao menos em nichos consideráveis do mercado, uma ampliação de investimentos geradores de novas capacidades produtivas por parte dos administradores desses capitais especulativos.

O relaxamento nas restrições impostas à mobilidade do capital teve que advir, *a priori*, de dentro dos países:

A partir da abertura e da descompartimentação interna dos sistemas monetário e bancário e dos mercados financeiros nacionais, constituiu-se um espaço financeiro verdadeiramente mundial. Cada vez mais unificado, ele domina a esmagadora maioria dos sistemas nacionais, permanecendo totalmente hierarquizado e estruturado: os Estados Unidos são o seu coração e principal beneficiado. (CHESNAIS, 1995, p.20)

A hipertrofia da esfera financeira que acompanhamos desde a década de 1980 tem suas origens em meados dos anos 60 do século passado: os lucros não reinvestidos na produção das empresas transnacionais norte-americanas expandiram tanto o mercado de eurodólares quanto permitiram o surgimento da dívida externa esmagadora que muitos países terceiro-mundistas carregam desde então. Para garantir o pagamento (ao menos dos serviços) da dívida, os grandes credores mundiais criaram instituições internacionais (FMI, Banco Mundial) que junto com os Estados mais poderosos do planeta pressionam os países com os maiores débitos a aceitarem cada vez mais empréstimos (avultando sobremaneira a sua dependência e colonização financeira) com o objetivo de evitar a bancarrota dessas nações endividadas. Se isto ocorresse, todos os títulos que tais investidores têm em sua carteira do referido país sofreriam uma queda tão brusca que colocaria em xeque o alcance dos mesmos níveis de rentabilidade de outrora.

O capital financeiro (ou capital-dinheiro ou ainda capital-rentista), como já dito pouco acima, tem como meta primordial simplesmente “mais a apropriação de riquezas do que sua criação mediante ampliação da produção...” (CHESNAIS, 1995, p.19) e teve facilitada a sua hegemonização graças às novas formas de centralização do capital-dinheiro (fundos de pensão e de investimentos) que ascenderam nos idos de 1970 e que permanecem ainda hoje nos cenários econômicos nacionais através de “instituições que lidam com massas financeiras gigantescas, procurando se valorizar por meio de formas e critérios puramente financeiros. Essas massas buscam maior rentabilidade e, também,

máxima mobilidade e flexibilidade, sem ter nenhuma obrigação a não ser crescer / valorizar-se.” (CHESNAIS, 1995, p.19)

Não obstante a imagem de autonomia que o capital-dinheiro parece adquirir nessa nova fase de acumulação capitalista de extrema financeirização da economia mundial, cabe aqui sublinhar que tal independência se configura, na realidade, somente como parcial e relativa. É fato a influência política que os tais grupos financeiros (administradores de fundos de pensão e de investimento) possuem em praticamente todo o mundo globalizado, porém é imprescindível ter em mente a interdependência fundamental que esse setor possui em relação à infra-estrutura produtiva. A idéia do capital-rentista como um capital que se auto-determina e que se auto-gera é um fetiche, uma quimera que serve somente para escamotear “os mecanismos pelos quais a esfera financeira alimenta-se de transferências de riqueza totalmente concretas...”. Chesnais assim asseverou:

O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. (...) A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação. Nada cria por si só. (...) aquilo ganho por um, dentro do campo fechado do sistema financeiro, é perdido por outro. [Assim, é pressuposto, para que a ciranda financeira não perca o seu principal ‘combustível’, que] as punções e as transferências continuem ocorrendo a partir da esfera produtiva, se possível de modo ininterrupto. (1995, p.21)

II) O Capital Industrial

Como já afirmado logo acima, o principal indutor e alimentador desse sistema financeiro atual é o setor industrial, responsável pela produção de bens e serviços. A sua relevância na determinação das configurações dos mercados do capital-dinheiro é observada desde a primeira fase desse *boom* de financeirização exacerbada da economia. A “acumulação primitiva” deste capital-rentista se deu graças aos excelentes índices de rentabilidade auferidos pelas grandes corporações internacionais e nacionais no pós-guerra. Desse modo, foi “na base dos sucessos da acumulação no chamado regime fordista que houve a formação progressiva, a partir dos lucros não reinvestidos, da massa de capital-dinheiro, valorizando-se dentro da esfera financeira.” (CHESNAIS, 1995, p.7-8)

Todavia, a despeito da essencial contribuição que proporcionou ao desenvolvimento do sistema financeiro nos moldes atuais, o complexo industrial-corporativo trilhou um caminho próprio e diferenciado de evolução e recuperação dos seus níveis de lucratividade. Decerto, houve – a partir das décadas de 1960/70 – uma fundamental alteração nos meios utilizados pelo capital industrial para garantir a sua

reprodução continuada e a sua acumulação. Tais transformações não se ativeram apenas às mudanças organizacionais e aos progressos tecnológicos intrínsecos ao mundo do trabalho e da produção: a oligopolização e transnacionalização em escala, *ipsis litteris*, global garantiram uma nova roupagem aos conglomerados capitalistas contemporâneos. Em suma, os grupos industriais desta fase de mundialização têm procurado alcançar os seus objetivos através de dois modos, quais sejam, crescendo externamente (via aquisições e fusões), que permite adquirir rapidamente fatias de mercados internos antes nacionalizados e regulamentados e rompendo as relações fordistas com os assalariados.

Inicialmente, podemos afirmar que a fase atual da mundialização do capital redundou em alterações quantitativas e qualitativas do processo de concentração e centralização do capital industrial. Mesmo diante da abundância de dólares vigente durante a década de 1980 destinados a investimentos diretos, não é possível asseverarmos que tal montante de dinheiro foi empregado na criação de nova capacidade produtiva. Os industrialistas desse novo estágio de acumulação modificaram a sua estratégia de inversão: preferiram incorporar empresas menores do mercado a começar a implantação de uma nova fábrica. Assim, “três quartos das operações tinham por objeto a aquisição e a fusão de empresas já existentes, ou seja, tratava-se de uma mudança de propriedade do capital e não de uma criação de novos meios de produção.” (CHESNAIS, 1995, p.9)

A esse processo de arrebato de pequenas e médias empresas pelas grandes corporações (visando a conquista de sua fatia no mercado) seguiu-se a oligopolização completa da economia global. Hoje, a concorrência não se dá mais entre empresas e sim entre *holdings*, grandes corporações, que já se apresentam como interdependentes entre si: reagem de maneira mais atenciosa às atitudes de uma das empresas que compõem determinado oligopólio do que às forças e tendências cegas do mercado. Dunning (*apud* CHESNAIS, 1995, p.11) ressalta que o principal ponto de diferenciação dessa nova megaempresa é a sua relação com as concorrentes:

[...] essa organização não alcança seu objetivo apenas através da organização de sua produção interna e de suas transações no modo mais eficiente, ou ainda pelas suas estratégias de tecnologia de produto e comercialização; é sim, pela natureza e pela forma das relações estabelecidas com as demais empresas.

A disseminação global das empresas transnacionais com base nos países centrais propiciou a situação em que qualquer nova firma incorporada em qualquer lugar do mundo, passasse a adotar os novos métodos organizacionais e tecnológicos estipulados pela matriz. É no decurso desse movimento que espriam-se por todo o mundo as recém-

criadas práticas de desvinculação do trabalho vivo do trabalho morto. O seu objetivo é racionalizar a produção da filial e consegue alcançar tal intento graças às políticas de liberalização, desregulamentação e privatização já em voga, mesmo forçosamente, nos países das fábricas recém-incorporadas. Podem, definitivamente, reorganizá-las e implantar novas técnicas de confecção dos mesmos produtos.

Para objetivar a consecução dessa meta, o capital passou a investir intensivamente em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Ciência e Tecnologia. A partir dos anos 1970 há uma tendência deliberada dos administradores internacionais do sistema de tentar diminuir ao máximo a presença do trabalho vivo no processo produtivo. De acordo com Chesnais (1995, p.8) o setor industrial foi o que mais utilizou-se da tecnologia para “modificar fortemente suas relações com a classe operária”. Atuou-se, nessa batalha contra o trabalho humano, em várias frentes: legislações foram alteradas e revoluções tecnológicas e organizacionais estimuladas ao limite – todo um movimento que garantiria a perda de força e de consciência da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que os índices de rentabilidade do sistema confirmariam a sua perenidade.

2. Mundialização do Capital: Reflexos no Mundo do Trabalho

Segundo Ricardo Antunes (2006, p.55) nos dias de hoje observa-se um retorno à precariedade do trabalho somente vista anteriormente na época da 1ª Revolução Industrial: “(...) cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial...”. Trata-se de uma regressão impetrada pelo sistema capitalista do último quartel do século passado. Os trabalhadores são impelidos a voltar às condições de superexploração de outrora e todas as conquistas das políticas trabalhistas e do *Welfare State* dissolvem-se sob a espada dos ditames neoliberais e do Consenso de Washington.

Como já vimos discorrendo durante todo o texto, essa precarização intensiva do trabalho humano foi uma resposta do sistema produtor de mercadorias tanto ao aumento do poder do proletariado quanto aos anseios de manutenção das taxas de rentabilidade das empresas nos níveis mais elevados possíveis. Para tanto, este sistema teve que atuar diretamente em todas as áreas que determinam as características da categoria trabalho. No chão de fábrica tratou de investir cada vez mais em Ciência e Tecnologia para possibilitar a reconfiguração da mão-de-obra e de suas funções. “Avassalada pela terceira revolução

industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato.” (OLIVEIRA, s.d.) Externamente, forçou a desregulamentação da legislação de proteção social dos trabalhadores e passou a contar com cada vez mais funcionários terceirizados.

Os modelos norte-americano e inglês de desregulamentação e flexibilidade dos contratos salariais servem ainda hoje de base para todos os países do mundo. Do ponto de vista tecnológico, são eles, também, os maiores exportadores das máquinas que substituem o trabalho humano. É imprescindível ter em conta a relação direta entre os setores de P&D e as mudanças nas relações de trabalho. Isto é, avança a tecnologia, mas regride a legislação trabalhista e depaupera-se a condição do operário. Assim sintetizou Chesnais: “Cada passo à frente, no sentido da introdução da automação contemporânea baseada em microprocessadores, foi motivo para destruir as formas anteriores das relações contratuais...” (1995, p.8)

Dentre os recém introjados princípios no chão da fábrica destacam-se o da “produção enxuta” (*lean production*) e o da quantidade de empregados “desengordurada”. A automação que subsidiava a produção inflexível passou a requerer um novo tipo de operário, um operário que não mais correspondesse às formações fordistas. Mais do que um trabalhador especializado em uma única função era necessário um funcionário que correspondesse a uma série de tarefas complexas. A substituição de muitos proletários de herança fordista foi uma consequência indelével do desenvolvimento tecnológico: hoje, um número reduzido de trabalhadores desespecializados controlam um extenso maquinário responsável pela produção. Segundo Antunes, a retração do operariado industrial de base tayloriana-fordista (que tinham suas tarefas superdivididas e extremamente simplificadas) e a ampliação da lógica da flexibilidade toyotizada foram responsáveis por grande aumento da produtividade dos capitais empregados na indústria. Tal intento igualmente foi garantido pela “redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos círculos de controle de qualidade (CCQs) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*...” (2006, p.57) – receituário oriundo do ideário japonês.

Esse processo em que “as substâncias vivas são eliminadas, como o trabalho vivo, e substituídas pelo maquinário tecno-informacional presente no trabalho morto” redundou em taxas de desemprego altíssimas e em um aumento do grau de exploração daqueles que permaneceram empregados. A estas últimas formas de trabalho humano que restaram, por

enquanto, em determinadas empresas, são ditadas os novos formatos que esse labor deve possuir:

O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que se gestou na fase de 'desespecialização multifuncional', do 'trabalho multifuncional', que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho. E isso ocorre tanto no mundo industrial quanto no de serviços, para não falar dos agronegócios. (ANTUNES, 2006, p.59)

Nesse quadro já desesperador onde “os trabalhadores e trabalhadoras oscilam, cada vez mais, entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor”, a subcontratação e a terceirização chegaram para provocar a agudização desse movimento de precarização do trabalho humano. A “nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista e a grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício ou registro formalizado” (ANTUNES, 2006, p.58) se configuram como mais duas engrenagens desse processo colocado em marcha pelo grande capital a partir da década de 1970. A aplicação intensiva dessa metodologia (terceirização) resultou, ao menos no Brasil, em uma economia de R\$ 26 bilhões por parte das empresas. Segundo Márcio Pochmann, desse valor principal, R\$ 20 bi deixaram de ir para os trabalhadores e R\$ 6 bi para os cofres do governo. Ademais, no mesmo estudo, Pochmann demonstrou que a diferença salarial entre um efetivo e um terceirizado pode chegar quase à metade, afirmando que “o que faz a terceirização se expandir é, muitas vezes, a opção das empresas pela redução de custos por meio de salários. No Brasil, em geral, a terceirização virou sinônimo de precarização do trabalho”. O técnico do Dieese, Fausto Augusto Jr., complementou: “A terceirização veio para precarizar. Alguns setores que não podem pagar salário menor do que o piso de determinada categoria acabam contratando empresas de fora só para escapar de acordos coletivos e de passivos trabalhistas”.

A deturpação do conceito de cooperativa e o estímulo cínico às modalidades de prestação de serviços – tais como o empreendedorismo – são mais duas formas através das quais o capital vai minando a proteção legal que outrora o trabalhador já possuiu. Tendo como objetivo principal sempre a menor remuneração possível da força de trabalho, a terceirização também compreende uma sistemática que muito determina o nível geral de lucratividade de determinado setor da economia. Chesnais (1995, p.8-9) assim sintetizou:

[...] essas técnicas de organização de empresa haviam servido desde sempre para que os grandes grupos repassassem às empresas subcontratadas os acasos da conjuntura e impusessem, a seus assalariados o peso da precariedade contratual, associada a níveis de salários bastante baixos. Todos os grandes grupos adotaram essas técnicas, e suas operações com o exterior (principalmente com os países menos fortes) frequentemente serviram de campo de experimentação antes que se implantasse o sistema no país de origem...

O radicalismo dessa atual fase do sistema capitalista se sustenta justamente em cima de um aparente paradoxo: a não-necessidade cada vez maior de mão-de-obra industrial não fez com que diminuísse o ímpeto dos donos de transnacionais de buscá-la nas periferias mais miseráveis do sistema, tentando com isso “barateá-la”. Trata-se de vários movimentos simultâneos: a precarização do trabalho avança entre os empregados e a miséria corrói os “dispensados” por esse modo de produção. Hoje em dia, 1 bilhão de proletários tentam sobreviver através destes trabalhos temporários, cada vez mais instáveis e insuportáveis para qualquer ser humano. O EIR (Exército Industrial de Reserva) é utilizado como expediente de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Como podemos observar, o trabalhador hoje é atacado através de diversas frentes. Desemprego e miséria ou trabalho, terceirização e precarização – estas são as duas opções dos proletários do século XXI, principalmente nas regiões (geralmente ex-coloniais) onde o capitalismo da miséria reproduz-se cotidianamente (LIMA FILHO, 2006). Oliveira (s.d.) assim colocou a questão central, neste caso referindo-se especificamente ao Brasil:

A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos oitenta, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva, assiste-se (...) à desconstrução da relação salarial que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego às taxas de quase 30% na Grande São Paulo e 25% em Salvador.

Constatação não menos grave do que todas que fizemos até agora é a que nos remete à perda do poder de barganha da classe trabalhadora nesse novo estágio de acumulação capitalista. O proletariado hoje sofre de uma aguda crise de identidade e não consegue organizar-se para reivindicar melhores condições de trabalho. De fato, era inevitável que o reflexo das transformações dos processos produtivos dos últimos 30 anos se efetivasse na consciência do operário e nas instituições representativas de sua classe. Os trabalhadores parecem viver dentro de um imbróglio que não tem solução: nunca se viram tão explorados e ignorados pelo capital e, igualmente, nunca se viram tão sem poder de

fogo para lutar contra essa conjuntura. Francisco de Oliveira (s.d.) assim resumiu a crise do sindicalismo e da representatividade dos proletários na atualidade:

As forças do trabalho já não têm ‘força’ social, erosionada pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e ‘força’ política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe (...) A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se.

Considerações Finais

Em um país onde uma das maiores montadoras de carro do mundo (Volkswagen) anuncia a intenção de reduzir os benefícios trabalhistas de todo o seu operariado e de demitir cerca de 30% de seus funcionários da planta do ABC – com o objetivo de contratar novos trabalhadores ganhando, no mínimo, 35% menos – torna-se patente o abissal nível de precariedade que o trabalho humano alcançou nesse local. Some-se a esse fato o exorbitante índice percentual de 127% que atesta o grau de crescimento dos empregos terceirizados no período 1995-2005 no Brasil.

De acordo com as idéias já expostas logo acima, é sabido que tal processo de luta do capital contra o trabalho humano vem sendo colocado em prática ao menos há 35 anos e que o mesmo se dá de modo realmente global, ou seja, não se restringe às nossas plagas subdesenvolvidas e miseráveis. O grande capital estipulou e rearquitetou toda a sua relação com o trabalho vivo como uma resposta a este último pelo aumento de sua influência e poderio político.

Ao auferir tanto poder ainda nos idos de 1950/60 o proletariado começou a desenhar a trama que o faria despencar dessa situação privilegiada: a reestruturação produtiva e o aumento intensivo da aplicação de Ciência e Tecnologia nos meios de produção demoliram, definitivamente, as bases de sustentação em que os trabalhadores apoiavam-se para lutar pelos seus direitos e por uma melhor qualidade de vida. “O operário estável e protegido dos anos 30 e 40, tornou-se o operário que vive cotidianamente a sua própria, rápida e inevitável obsolescência.” (MARTINS, 2006)

Diante desse sintético quadro que tentamos desenhar a partir das argumentações de respeitados pensadores do mundo moderno, foi possibilitado a nós a corroboração da hipótese principal deste pequeno e desprezioso estudo, a saber, o capitalismo – em sua fase de acumulação atual – se encontra em um momento de profunda regressão no que concerne a questão do trabalho. Recorrendo à superexploração de uma mão-de-obra

assalariada ou até mesmo lançando mão de métodos já abandonados em diversos momentos da história – tais como a escravidão – o sistema do capital garante, a qualquer custo social, a sua remuneração nos patamares mais elevados possíveis. O retorno às práticas extremamente coercitivas, como a escravatura, demonstra a ausência de limites que usufrui esse sistema em nossos tempos. José de Souza Martins (2006) assim definiu:

No mundo inteiro, a reconceitualização do trabalho e seu barateamento por meio de artifícios de várias ordens tem ampliado o número de trabalhadores definidos como escravos. Em levantamento recente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) constatou que no mínimo 12 milhões de pessoas trabalham e vivem sob alguma modalidade de escravidão. E não se trata de passado, mas do presente e do futuro.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, São Paulo, n. 7, p. 55-61, Boitempo, maio 2006.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 5, p 1-30, Dezembro de 1995.

LIMA FILHO, Paulo Alves de. **Mundialização, Direitos Humanos e Pobreza: um Debate Necessário**. Mimeografado, 2006.

MARTINS, José de Souza. *Do ‘paraíso Volks’ ao trabalho no limiar do inferno*. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 27 ago. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Ornitorrinco**. Mimeografado, s.d.

ROLLI, Cláudia e FERNANDES, Fátima. **Os empregos terceirizados crescem 127% em dez anos**. Folha Online – Dinheiro. 28 ago. 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110555.shtml>. Acesso em dezembro de 2006.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela UNESP/Araraquara (2001). Mestre (2011) e doutorando em Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Professor de Economia da UNISANTOS (Universidade Católica de Santos). Em sua dissertação de mestrado estudou as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na consciência dos trabalhadores dentro do contexto revolucionário socialista cubano a partir das observações e análises presentes no pensamento de Ernesto Che Guevara.

² Analisando somente o tempo histórico do sistema capitalista.